

Senador quer o Congresso mais ágil para votar

Ao assinalar o início de uma nova era política, a partir da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pregou a necessidade de modificações no Congresso Nacional para que possa corresponder à demanda e colaborar de forma efetiva e democrática com o novo Governo. "Tenho certeza de que o presidente Fernando Henrique fará o que tem de ser feito. O Congresso pode participar se realizar mudanças que ajudem a racionalizar questões como a Previdência, impostos, a administração pública e as funções do Estado, pensando não só no presente, mas na frente, na vanguarda", analisou o senador. Dentro as modificações necessárias ao Congresso Nacional, Simon concentrou-se na lentidão da instituição na apreciação, discussão e votação de leis e questões complexas, bem como a crescente atuação legislativa do Poder Executivo, através da edição e reedição de medidas provisórias.

Para Simon, o Congresso Nacional não pode ficar inerte diante das sucessivas reedições de medidas provisórias. "Não é possível ficar sem votar. Ou aprova ou rejeita, mas vota-se", afirmou. Segundo o senador, o Congresso estaria acostumado a não votar por causa do antigo decreto-lei, que foi substituído pela medida provisória. Simon sugeriu que se repensasse o prazo para apreciação das MPs, passando de 30 para 60 ou 90 dias, para que o Congresso tenha tempo suficiente para discutir, apreciar e votar as proposições do Executivo, proibindo-se porém sua reedição.

Em aparte, o senador João Calmon (PMDB-ES) disse que os parlamentares abdicam da função de legislar quando as medidas provisórias chegam e não são votadas. "É uma vergonha", afirmou. Para Calmon, o Congresso também deixou de fiscalizar o Executivo e lembrou que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Calmon disse ainda que um dos motivos da queda de prestígio dos parlamentares vem da não-criação dos institutos de formação política pelos partidos políticos.